

Poulantzas e o regionalismo latino-americano

Gustavo Botão¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar a Teoria Marxista do Estado de Nicos Poulantzas e realizar um debate com as principais visões sobre o regionalismo latino-americano. Como metodologia é realizada a discussão bibliográfica entre as obras utilizadas para a análise dos regionalismos latino-americanos. Por fim, é apresentado o marxismo e seus instrumentos, como a dinâmica das classes sociais, para compreender a dinâmica da integração em formações sociais capitalistas dependentes.

Palavras-chave: Regionalismo. Bloco no poder. Classes sociais.

Abstract: This paper has as its aim to present the Marxist Theory of the State from Nicos Poulantzas and make a debate with the dominant views about Latin American regionalism. As methodology is made a bibliographical discussion among the utilized works for the analysis of the Latin American regionalisms. Finally, Marxism is presented in order to offer the tools, as the social classes dynamics, to understand the integration's dynamics in dependent capitalist social formations.

Keywords: regionalism; power bloc; social classes.

Introdução

O debate acerca do regionalismo latino-americano tem sido permeado por referenciais teóricos de correntes dominantes existentes nas Relações Internacionais, frequentemente utilizando o processo de integração europeu como paradigmático. Dentre as teorias que mais

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC. E-mail: gustavo.botao@ufabc.edu.br

se destacam estão aquelas de orientação liberal, sendo os exemplos mais conhecidos o neofuncionalismo de Ernst Haas (1970) e o intergovernamentalismo liberal de Andrew Moravcsik (1994, 1997)², que se focam no comportamento de elites decisórias e grupos de interesse no processo decisório que leva à integração regional. Apesar do mérito de considerarem a atuação de atores domésticos no processo de formulação da política externa e, por consequência, influir na integração regional, fugindo da visão realista que identifica governo com Estado (LIMA, 2000), os teóricos liberais possuem suas limitações para explicar o fenômeno do regionalismo, como nos mostra Berringer e Ferreira (2021), que buscam utilizar a Teoria Marxista do Estado de Poulantzas para analisar o regionalismo latino-americano e trazem o Estado capitalista e as classes sociais para o centro da análise. Para as autoras, o modelo de regionalismo é reflexo dos interesses manifestados pelo bloco no poder existente nos países mais poderosos do bloco regional, de forma com que as autoras defendem que “a integração regional é uma unidade contraditória entre os blocos no poder” (BERRINGER & FERREIRA, 2021, p. 262). Essa visão afasta de si ideias como o compromisso em torno da integração, supranacionalidade e a existência de grupos de pressão, pois entende que as classes sociais são as verdadeiras detentoras do poder, havendo dificuldades para as burguesias dos países-membros de um bloco regional, por meio de seus respectivos blocos no poder, convergirem entre si a longo prazo, pois contradições e disputas influem sobre o regionalismo.

A partir do trabalho das autoras entendemos que a Teoria Marxista do Estado, de Poulantzas apresenta consistente ferramental para explicar o regionalismo latino-americano, sendo possível

² Além desses autores, é possível encontrar análises que utilizam conceitos como a poliarquia de Robert Dahl (1972), utilizada também por Helen Milner (1997). A teoria do jogo de dois níveis de Robert Putnam (2010) também se destaca em análises que consideram fatores domésticos na formulação da política externa. No campo realista, Kenneth Waltz (2000) entende que o Estado busca atingir interesses por meio da participação em processos de integração regional.

utilizá-la para debater com as conceituações *mainstream* acerca dos processos de integração regional. Embora Berringer e Ferreira (2021) tenham se debruçado sobre a aplicação da teoria de Poulantzas para a compreensão do regionalismo, a bibliografia a respeito da integração latino-americana continua a reproduzir os referenciais teóricos mais tradicionais, mesmo que sejam textos críticos ou socialmente engajados.

A literatura dominante consiste em análises de cunho liberal, cujo comportamento de agentes em relação ao Estado e, por consequência, a integração regional é tido como o principal fator decisório. Essa perspectiva leva à individualização dos responsáveis pela formulação da política externa de um Estado, desconsiderando as movimentações e a dinâmica das classes sociais nas formações sociais capitalistas e sua relação com o imperialismo. Dentre esses trabalhos mais recentes estão os de Junqueira e Milani (2019) e Briceño-Ruiz (2018), que analisam as mudanças havidas nos processos de integração regional latino-americanos a partir da ascensão conservadora ocorrida nos últimos anos.

Este artigo objetiva, portanto, debater com essa bibliografia acerca dos processos de integração latino-americanos, de modo a discutir como a formação do Estado capitalista na periferia implica no regionalismo a ser adotado e como o marxismo pode se apresentar como uma alternativa coerente, robusta e rica para compreensão desses processos de integração regional. Além desta introdução, este artigo consiste em três seções. Na primeira seção será feita a apresentação da visão racionalista institucional de Cairo Junqueira e Lívia Milani acerca do regionalismo latino-americano. Na segunda seção será apresentada a perspectiva pós-hegemônica de José Briceño-Ruiz. A terceira seção contará com a obra de Nicos Poulantzas e sua aplicação para o estudo do regionalismo. O artigo se encerra com as considerações finais.

O pensamento racionalista institucional de Junqueira e Milani

Junqueira e Milani (2019), utilizando-se do arcabouço teórico racionalista institucional, entendem haver um “regionalismo governamental”, oriundo de diversos fatores externos e da “guinada à direita” experienciada atualmente na América do Sul, que justifica o atual estágio de precariedade no Mercosul e na União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Para os autores, esse regionalismo contrasta com o conceito de “regionalismo pós-hegemônico” existente durante o período intitulado “onda rosa”, na primeira década do século XXI, este movido pelo desenvolvimento autônomo, aprofundamento de iniciativas nos campos político e social e institucionalização do bloco. Além disso, para os autores, a sobreposição de regionalismos (*spaghetti bowl* ou *overlapping regionalism*) e a carência de supranacionalidade nestes processos prejudicam uma maior integração regional e se dão em razão da resistência a um maior compromisso das elites dirigentes com a integração, com a culpa pela ocorrência desses fenômenos recaindo sobre o que chamam de intergovernamentalismo, que entendem ser fortemente influenciado pelo Poder Executivo de cada país, embora reconheçam que tenha havido mudanças nas prioridades dos governos dos países sul-americanos em relação à integração regional, valorizando mais seu aspecto comercial em relação aos mercados estadunidense e europeu em detrimento de uma maior integração regional, com o que chamam de “guinada à direita” na região.

O termo “pós-hegemônico” utilizado pelos autores foi emprestado da obra de Riggiozzi e Tussie (2012), que o utilizam para caracterizar práticas híbridas nos processos de integração regional resultantes do retraimento da hegemonia neoliberal estadunidense no início do século XXI. Essas práticas levaram à inclusão de temas sociais e políticos nos processos de integração, tendo as elites dos países latino-americanos, para as autoras, se aproveitado dessa situação para avançar com suas agendas para a região. Segundo Riggiozzi e Tussie, não teria havido apenas um regionalismo

defensivo contra o avanço do neoliberalismo, mas sim um modelo de regionalismo propositivo levado a cabo pelos dirigentes políticos da região. Junqueira e Milani argumentam que, apesar desse modelo de regionalismo ter preponderado durante a chamada Onda Rosa, a dependência externa dos países latino-americanos apenas aumentou, na qual houve a primarização das economias da região, tanto para suprir o mercado chinês com *commodities*, quanto em razão do enfraquecimento do comércio intrarregional, voltado para a absorção de produtos manufaturados. Para eles, somado a esse cenário, está a chamada “guinada à direita”, que alçou ao poder governos céticos ao multilateralismo e às instituições, substituindo o regionalismo pós-hegemônico pelo regionalismo governamental.

A pós-hegemonia de Briceño-Ruiz

Briceño-Ruiz (2018), por outro lado, argumenta que o termo “pós-hegemônico” designa o período do ciclo de governos progressistas na América do Sul, no qual foram adotadas políticas “pós-liberais”, parcialmente modificando o que chama de modelo de “regionalismo estratégico” de integração. Esse regionalismo, submetido aos ditames do Consenso de Washington, seria orientado para a inserção regional às cadeias globais de valor e teria ganhado força a partir da ascensão da onda conservadora na América Latina. Os outros tipos de regionalismo utilizados por Briceño-Ruiz são: o chamado “regionalismo social”, no qual temas relativos à desenvolvimento humano, saúde, educação, meio ambiente, entre outros são levados em consideração; com o “regionalismo produtivo” relativo à integração produtiva, desenvolvimento industrial conjunto e unificação econômica. Para o autor, o Mercosul seria um exemplo de modelo híbrido, no qual vigoram os três modelos, ao passo em que o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio) compreenderia apenas o regionalismo estratégico.

Quanto à cooperação política, Briceño-Ruiz aponta a existência de três tipos: o modelo de realismo aquiescente, manifestado, por exemplo, por meio do chamado “Realismo Periférico”, de Carlos Escudé, no qual o bloco regional se submeteria aos ditames de potências do centro visando a obtenção de vantagens; o modelo autonomista, voltado para a maximização da autonomia do bloco regional periférico em relação ao centro e; o modelo contra-hegemônico, adotado por Estados revolucionários para confrontar os poderes hegemônicos.

O Mercosul, voltado para o regionalismo estratégico nos anos 1990, teria passado a englobar temas sociais e produtivos com o advento do período pós-hegemônico, oferecendo resistências à hegemonia dos Estados Unidos durante as negociações da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas), como também por meio do ingresso da Venezuela de Chávez como membro-pleno e da Bolívia de Morales como país candidato. A partir dos governos Temer no Brasil e Macri na Argentina, o Mercosul teria ressuscitado o regionalismo estratégico, enfraquecendo as integrações social e produtiva.

A Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) se constitui como um regionalismo de cooperação política contra-hegemônica, voltado para as integrações social e produtiva entre os países-membros, defendendo uma agenda denominada de “Socialismo do Século XXI”, com a confrontação ao neoliberalismo. Com a crise na Venezuela, este bloco perdeu seu fôlego inicial, embora permaneça como contra-hegemônico.

A Aliança do Pacífico (AP) se configura como um bloco regional voltado para o regionalismo estratégico, não apontando para qualquer direcionamento pós-liberal de suas políticas e sendo utilizado pelos países membros (Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru) como um meio de integrar suas economias às cadeias globais de valor. Em razão disso, é um bloco regional voltado para o estabelecimento de acordos de livre-comércio Norte-Sul, sendo um modelo de regionalismo de cooperação política aquiescente. Este bloco foi o que menos sofreu com a ascensão conservadora, pois nunca se dispôs a contestar o neoliberalismo e a hegemonia dos Estados Unidos.

O regionalismo a partir de Poulantzas

Podemos dizer, a partir da obra de Poulantzas (1976, 1977, 1978), que o Estado capitalista fornece a estrutura jurídico-política para a realização da manutenção do Modo de Produção Capitalista (MPC), cuja burocracia, independente da origem social do agente burocrático, visa administrar o funcionamento desse Estado. O Estado, no entanto, não é o verdadeiro detentor do poder, mas sim o “centro de exercício do poder político”, poder este exercido pelas classes sociais. É no Estado que se organiza o bloco no poder, cabendo a ele gerir o equilíbrio instável de compromisso entre as classes e frações de classe que o compõem, sendo a fração hegemônica a dominante. Isso não significa que os interesses da fração hegemônica serão sempre atendidos pelo Estado, pois este detém autonomia relativa em relação às classes e suas frações, o que lhe permite atuar a favor ou em detrimento de determinada fração visando a manutenção do equilíbrio instável de compromisso entre frações de classe.

A partir do entendimento de que o bloco no poder, encabeçado pela fração hegemônica da burguesia, conduz a política do Estado e, portanto, da política externa, é necessário examinar a influência do bloco no poder no processo de integração regional. Berringer e Ferreira (2021, p. 262) defendem que a “integração regional é uma unidade contraditória entre os blocos no poder”, de modo com que a articulação entre os blocos no poder dos Estados pertencentes a um determinado bloco regional, notadamente os países-membros mais poderosos economicamente, defina o tipo de regionalismo a ser adotado pelo bloco regional. Berringer e Ferreira (2021) entendem que os processos de integração regional obedecem a uma lógica conjuntural, afastando perspectivas de uma supranacionalidade, haja vista o papel central dos Estados, por meio dos respectivos blocos no poder, na configuração dos regionalismos.

Para compreender, portanto, o papel do bloco no poder nos processos de integração é necessário fazer a análise dos

posicionamentos das frações burguesas que compõem o bloco no poder e identificar sua fração hegemônica. Nesse sentido Poulantzas (1976, 1978) apresenta três tipos de frações da burguesia, sendo elas: a i) nacional; a ii) interna e; a iii) compradora ou associada. A burguesia nacional, majoritariamente estatal e comprometida com processos autônomos e anti-imperialistas, se vale de sua capacidade produtiva própria e pode ser encontrada em países pertencentes à ALBA, não sendo comum no restante dos países latino-americanos em razão de seu caráter autônomo em relação ao imperialismo (FARIAS, 2009). A burguesia compradora ou associada é tida como a “intermediária dos interesses externos no espaço nacional” (FARIAS, 2009, p. 87), por ser altamente dependente do capital externo, subordinando-se passivamente a interesses imperialistas (BERRINGER & FERREIRA, 2021). A aqui chamada de fração associada é composta pelas finanças e atividades voltadas para o comércio de importação e exportação, como alguns setores do agronegócio (GRANATO. et al, 2021), priorizando o regionalismo aberto como modelo de inserção regional e sendo abertamente hostil à formação de coalizões e frentes políticas com o apoio das classes populares. É o tipo de burguesia que constitui a fração hegemônica dos blocos no poder dos Estados pertencentes à Aliança do Pacífico. A burguesia interna é entendida como uma fração dotada de comportamento pendular (MARTUSCELLI, 2018) no interior do bloco no poder, que ora privilegia o protecionismo do Estado diante de competidores e defende políticas econômicas de caráter expansionista, ora é favorável à abertura econômica e à políticas econômicas de caráter contracionista. Compreende grande parte da indústria e também de alguns setores do agronegócio (GRANATO. et al, 2021).

O comportamento pendular dá a dinâmica da burguesia interna que, diferentemente de suas congêneres nacional e compradora/ associada, é ideologicamente mais frágil, buscando seus interesses mais imediatos. Dessa forma, quando se sente ameaçada por interesses externos, a burguesia interna adota uma postura conflitiva visando a defesa de seus interesses, sem, no entanto, deixar de se subordinar

ao imperialismo em razão de sua dependência externa de capitais e tecnologia (BERRINGER & FERREIRA, 2021). Quando hegemônica, essa fração tende a se aproximar do que chamamos de regionalismo multidimensional, no qual temas sociais e políticos são inseridos no processo de integração. De acordo com Berringer e Ferreira (2021), quando a burguesia interna se torna a fração hegemônica do bloco no poder, o Estado assume uma posição de subordinação conflitiva em relação ao imperialismo, aproximando-se de Estados dependentes por meio do aprofundamento da integração regional e da formação de coalizões e alianças com as classes populares.

Foi o que ocorreu com o Mercosul durante os governos petistas e kirchneristas no Brasil e Argentina, respectivamente, no qual suas burguesias internas capitaneavam os blocos no poder com o apoio de classes populares representadas pelos partidos no governo e sindicatos. Essa configuração, embora não rompesse com os preceitos do neoliberalismo (BOITO, 2012, 2016; GRANATO, 2020) e nem escapasse da lógica de mundialização (CHESNAIS, 1996), permitiu a atuação conjunta entre esses dois países para barrar a criação da ALCA (BERRINGER, 2014), assim como para intensificar a integração política e produtiva por parte da burguesia, enquanto havia o interesse do Partido dos Trabalhadores na inclusão de temas sociais e também políticos caros às classes populares no bloco mercosulino, ultrapassando a pauta meramente econômica e caracterizando, assim, um regionalismo multidimensional (BATISTA & GRANATO, 2021). Com as reconfigurações havidas nos blocos no poder desses dois países a partir de 2015 (BERRINGER, 2017; SANZ CERBINO & GRIMALDI, 2020), a burguesia interna, atuando de forma pendular, se afasta das classes populares e se aproxima das burguesias associadas, passando a defender grande parte da agenda liberalizante desta. O Mercosul passa a priorizar seu aspecto econômico, com o bloco se voltando para a inserção nas cadeias globais de valor, agindo como um regionalismo aberto, dando-se então a hostilidade em relação à Venezuela, que causou sua suspensão do bloco em 2016, e a conclusão do Acordo Mercosul-União Europeia em 2019.

A ALBA, apesar da crise venezuelana, mantém seu caráter anti-imperialista e autonomista em razão de os blocos no poder serem dirigidos por burguesias nacionais, especialmente centradas, no caso venezuelano, em uma burguesia de Estado localizada nas empresas estatais criadas a partir do governo Chávez. Por desafiar abertamente o imperialismo estadunidense, os países do bloco passaram a sofrer hostilidades dos Estados Unidos e dos Estados comandados pelas frações associadas de suas burguesias, notadamente a partir da segunda metade da década de 2010, com a suspensão da Venezuela do Mercosul em 2016, a criação do Grupo de Lima em 2017, a tentativa de golpe de Estado seguida de uma quase intervenção militar apoiada pelo Brasil na Venezuela em 2019, e no golpe de Estado na Bolívia com a anuência brasileira e argentina no final de 2019.

A Aliança do Pacífico não sofre da disputa interna existente no Mercosul e nem da hostilidade voltada à ALBA, muito em razão de o bloco se subordinar passivamente aos interesses imperialistas, dado o fato de ser comandado pelas burguesias associadas, adotando, portanto, um regionalismo aberto. As economias dos Estados deste bloco são altamente voltadas para a exportação de *commodities*, fortemente dependentes de capitais externos e pouco industrializadas (NELSON, 2021), à exceção do México, cuja indústria de maquiladoras tem, em grande parte, origem estrangeira. Em razão disso, a Aliança do Pacífico buscou se integrar a mega-acordos comerciais como a Parceria Transpacífica (TPP) e estabelecer diversos acordos de cooperação e livre-comércio. Por inexistir burguesia interna capaz de disputar os blocos no poder, a política desses Estados é dirigida pela burguesia associada, altamente ideológica, sendo o exemplo mais evidente o do Chile (BERRINGER & KOWALCZYK, 2017).

Quadro nº1: Blocos sub-regionais e frações hegemônicas

Blocos sub-regionais	ALBA	Mercosul	Aliança do Pacífico
Estados com os blocos no poder mais poderosos	Venezuela e Bolívia	Brasil e Argentina	México, Colômbia e Chile
Frações hegemônicas desses blocos	Burguesia nacional	Transita entre burguesia interna e associada	Burguesia associada
Modelo de regionalismo adotado	Autonomista	Transita entre multidimensional e aberto	Aberto

Fonte: elaboração própria.

Saindo do âmbito sub-regional e adentrando no regional, em razão do maior número de Estados-membros, as reconfigurações ocorridas nos blocos no poder de Brasil, México e Argentina possuem grande peso nas configurações dos regionalismos latino-americanos da UNASUL e CELAC, mas não são definidora deste processo, haja vista o fato de a força destes blocos no poder estar mais pulverizada. Dessa forma, se observa uma maior disputa entre projetos no interior desses dois organismos, nos quais as configurações nos blocos no poder da maioria dos Estados são determinantes. De modo a enfraquecer o componente multidimensional em processos de concertação política como a UNASUL, desagregando os Estados sul-americanos e diminuindo suas margens de manobra perante o imperialismo, Iván Duque, presidente de extrema-direita da Colômbia e Sebastián Piñera, presidente neoliberal ortodoxo do Chile, apoiados nas bases sociais representadas pelas respectivas burguesias associadas, propuseram a criação do PROSUL (Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul), sem a participação de Venezuela e Bolívia, visando manter algumas estruturas de concertação política em seu bojo, mas excluindo o caráter integracionista do bloco.

Quadro nº2: Blocos regionais e frações hegemônicas

Blocos Regionais	UNASUL	PROSUL
Estrutura do bloco	Rígida e multidimensional	Flexível e multidimensional
Frações hegemônicas	Internas (Brasil e Argentina ³), Nacionais (Venezuela e Bolívia) e Associadas (Colômbia, Chile e Peru)	Interna (Argentina ⁴) e Associadas (Brasil, Colômbia, Chile e Peru)

Fonte: elaboração própria.

A CELAC, por contar com a participação de mais Estados e com uma estrutura mais flexível e menos programática que a UNASUL, não sofreu os mesmos ataques que a organização sul-americana, embora tenha se enfraquecido com a ascensão de governos conservadores na região, em meio às respectivas reconfigurações dos blocos no poder, e com a saída do Brasil em 2020.

O poder que os Estados mais poderosos dos blocos regionais e sub-regionais detém sobre os rumos do modelo de regionalismo encontra base até mesmo em outros referenciais teóricos que não o marxismo, exemplo sendo a ideia de Estado *paymaster* de Mattli (1999). De acordo com este conceito, o Brasil, em conjunto com a Argentina, poderia assumir o papel de fiador da integração regional dada a pujança econômica desses Estados. Para Vigevani e Ramanzini (2014), entretanto, o Estado brasileiro nunca assumiu os custos institucionais para ser considerado o *paymaster* dado seu desinteresse em perder espaço no processo de integração para instituições supranacionais. Entendemos que esse desinteresse não parte do Estado em si, mas sim do bloco no poder nele instalado, tendo as iniciativas de integração,

³ Até o ano de 2015 em ambos Estados, quando as burguesias associadas tomam a frente dos blocos no poder e se dá início à crise na Unasul.

⁴ A partir de 2019, com o governo de Alberto Fernández.

levadas a cabo pelos governos progressistas de Brasil e Argentina, sido freadas por suas respectivas burguesias, como demonstrado, reproduzindo seu comportamento subordinado. Além de uma possível redução da margem de manobra do Estado brasileiro em relação às suas políticas econômica e comercial, a integração regional nos moldes multidimensionais nos quais era construída poderia levar a situações de conflito com o imperialismo, sendo vista com desconfiança por frações da burguesia brasileira temerosas de uma politização do bloco (BERRINGER, 2017).

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo trazer para o debate acerca dos regionalismo latino-americanos o arcabouço teórico elaborado por Nicos Poulantzas. Entendemos que, ao trazer a dinâmica das classes sociais e compreender o Estado capitalista como uma formação social que visa manter um sistema de produção, a obra de Poulantzas demonstra robustez para debater com as interpretações mais correntes a respeito do regionalismo latino-americano, trazendo para a discussão certos fenômenos característicos das formações sociais dependentes. Nesse sentido, utilizamos os conceitos elaborados pelo teórico marxista grego para analisar o comportamento dos blocos no poder regionais e sua influência no modelo de regionalismo adotado na América Latina.

Demonstramos como as reconfigurações havidas nos blocos no poder dos Estados mais economicamente poderosos da região alteraram a relação das burguesias desses países com o imperialismo e o modelo de regionalismo, levando à sua abertura nos últimos anos. Essa abertura do regionalismo atende aos interesses das frações associadas da burguesia detentoras da hegemonia nos seios dos blocos no poder de vários Estados na região, visando a inserção desses Estados nas cadeias globais de valor. Esses blocos no poder veem a maior integração política e social entre os Estados latino-americanos como um entrave às suas margens de manobra ao atender aos

interesses de classes populares. Nesse sentido, os retrocessos havidos na integração regional nos últimos anos não podem ser entendidos como escolhas racionais e pragmáticas de agentes do Estado, como compreende Briceño-Ruiz, pois estes entendimentos podem implicar na concepção de que o regionalismo aberto adotado pelos Estados latino-americanos busca atender a interesses nacionais gerais, não a interesses de parte da classe burguesa. Os fenômenos da sobreposição de processos de integração regional e do desinteresse dos dirigentes políticos, de acordo com Junqueira e Milani, apresentam entraves à busca pela supranacionalidade da integração latino-americana, ideia da qual não compartilhamos em razão de nosso entendimento de que os processos de integração regional obedecem a uma lógica conjuntural e são liderados pelos blocos no poder mais poderosos nas iniciativas de integração, sendo as configurações dos arranjos regionais e sub-regionais decorrentes de decisões políticas da classe burguesa.

Também não adotamos terminologias como “pós-liberalismo” ou “pós-hegemonia” por entendermos que o uso desses conceitos pode levar à ideia de superação do receituário neoliberal na América Latina durante a Onda Rosa, o que não ocorreu durante o referido período, pois não houve uma ruptura com os ditames do Consenso de Washington, mas sim uma readequação dos blocos no poder em torno de ensaios de projetos mais autonomistas em meio a programas e agendas de reforma do neoliberalismo, tendo no neodesenvolvimentismo brasileiro dos governos petistas um exemplo.. O único arranjo latino-americano a buscar a superação do neoliberalismo foi a ALBA, cujas frações hegemônicas a dirigir os Estados, compostas pelas burguesias nacionais, adotam uma postura autonomista e conflitiva com o imperialismo.

Tendo em mente os outros dois modelos de regionalismo: (i) multidimensional e; (ii) aberto, é possível observar, no período da Onda Rosa, a predominância de blocos no poder dirigidos pelas burguesias internas, secundarizadas pelas classes populares, dos Estados mais economicamente poderosos da região na formulação de

organizações como a UNASUL e a CELAC, bem como na configuração do Mercosul. Com as reorganizações dos blocos no poder ocorridas em meados da década de 2010, especialmente no Brasil e na Argentina, os arranjos regionais e sub-regionais tomam outra forma, buscando maior flexibilidade e uma integração econômica voltada para a inserção em cadeias globais de valor. Dessa forma, é possível observar a natureza conjuntural do regionalismo, nem sempre voltado para a maior integração de seus membros, podendo ser subordinado e voltado para interesses específicos de determinadas classes e frações de classe.

Referências

- BATISTA, Ian; GRANATO, Leonardo. O Estado brasileiro e os interesses de classe na reformulação do Mercosul (2003-2010). *Revista Tempo do Mundo*. n. 26, p. 251-280, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231632>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- BERRINGER, Tatiana. “A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016)”. *Revista Oikos*. Rio de Janeiro. v. 16, n. 1. p 15-29. 2017. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/439/241>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- BERRINGER, Tatiana. *Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula*. 2014. Campinas, 2014. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas.
- BERRINGER, Tatiana; FERREIRA, Mariana. “Classes Sociais, política externa e integração regional”. In PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego (orgs). *Teoria das relações internacionais - contribuições marxistas*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Contraponto. 2021.

- BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. *Conjuntura Austral*. Porto Alegre. v. 9, n. 48. p. 5-19. out/dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.83713>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- BERRINGER, Tatiana; KOWALCZYK, Anna. As burguesias brasileira e chilena e os dilemas da integração regional. *Estudos Internacionais*: Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 47-62, 25 de novembro de 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n1p47>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- BOITO, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia *Crítica Marxista*. Campinas n. 42, p. 155-162, 2016. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2017_03_03_10_57_34.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.
- BOITO, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *Fórum Econômico da FGV-SP*. São Paulo. 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- BRICEÑO-RUIZ, José. Times of Change in Latin American Regionalism. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro. vol. 40 (3). Sep/Dec. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400300008>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Editora Xamã. 1996.
- DAHL, Robert. *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University. 1972.

- FARIAS, Francisco. “Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas”. *Crítica Marxista*. Campinas. nº 28. p. 81-98. 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo166artigo4.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.
- GRANATO, Leonardo. “Mercosur, inserción subalterna y burguesías internas de Argentina y Brasil”. *Izquierdas*, Santiago, [s./v.], n. 49, p. 797-809, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nepec/mercotur-insercion-subalterna-y-burguesias-internas-de-argentina-y-brasil/>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- GRANATO, Leonardo; UBERTI, Guilherme; MENGER, Katiele. “O Mercosul e a burguesia agrária brasileira no período 2016-2020”. *Revista InterAção*, Santa Maria. [S. l.], v. 12, n. 1, p. 23-47, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2357797564066>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- JUNQUEIRA, Cairo; MILANI, Livia. “Regionalismo governamental sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional”. *Mundo e Desenvolvimento*. São Paulo. v. 2, n. 3. 2019.
- HAAS, Ernst. “The study of regional integration: reflections on the joy and anguish of pretheorizing”. *International Organization*. Cambridge. v. 24. n. 4. p. 606-646. 1970. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0020818300017495>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- LIMA, Maria. “Instituições democráticas e política exterior”. *Contexto internacional*. Rio de Janeiro. vol. 22. nº 2. p. 265-303, julho/dezembro 2000. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima_vol22n2.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

- MARTUSCELLI, Danilo. “Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro”. *Crítica Marxista*. Campinas. n. 47, p. 55-73, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37995207/Burguesia_interna_e_capitalismo_dependente_uma_reflex%C3%A3o_a_partir_dos_casos_argentino_e_brasileiro. Acesso em: 14 jun. 2022.
- MATTLI, Walter. *The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.
- MILNER, Helen. *Interests, Institutions and Information. Domestic Politics and International Relations*. Princeton: Princeton University Press. 1997.
- MORAVCSIK, Andrew. “Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach”. In *Economic and political integration in Europe: internal dynamics and global context*. Oxford: Blackwell Publishers. 1994.
- MORAVCSIK, Andrew. “Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics”. *International Organization*, Cambridge. 51 (4), p. 513-553. 1997.
- NELSON, Marcel. “The Pacific Alliance: regional integration as neoliberal discipline”. *Globalizations*. Londres 19 (4). p. 571-586. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14747731.2021.1945394>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *Classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

- PUTNAM, Robert. “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. “The rise of post-hegemonic regionalism. The case of Latin America”. In *United Nations University Series on Regionalism*. Nova Iorque: Springer Science, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/978-94-007-2694-9>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- SANZ CERBINO, Gonzalo; GRIMALDI, Nicolás. “Las bases sociales del macrismo: accionar y reclamos de la burguesía argentina, 2009-2015”. *Estado & comunes, revista de políticas y problemas públicos*, Quito, v. 1, n. 10, p. 73-93, 14 jan. 2020. Disponível em: https://revistas.iaen.edu.ec/index.php/estado_comunes/article/view/150/239. Acesso em: 14 jun. 2022.
- VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo. “Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul” *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. v. 57, n. 2. pp. 517-552. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201415>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- WALTZ, Kenneth. “Structural realism after the Cold War”. *International Security*. Cambridge. v. 25, n. 1 (Summer 2000), p. 5–41. 2000.